

VITOR GEROMEL

Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da USP (NETI-USP)

Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI)

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Advogado

JURISDIÇÃO INTERNACIONAL E JUSTIÇA BRASILEIRA

HARMONIAS E DISSONÂNCIAS



Belo Horizonte
2015

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clémerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dirceu Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

344.026 Geromel, Vitor
 G377j Jurisdição internacional e justiça brasileira: harmonias e dissonâncias.
 2015 Vitor Geromel. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.
 p.155

ISBN: 978-85-8238-119-9

1. Direito internacional. 2. Controvérsias internacionais. 3. Jurisdição internacional. 4. Decisões judiciais internacionais. I. Título.

CDD – 344.026

CDU – 341.1

Elaborada por: Fátima Falci
 CRB/6 – nº 700

Rua Oriente, 445 – Serra
 Belo Horizonte/MG - CEP 30220-270
 Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
 2015

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XII
APRESENTAÇÃO	XVII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
A JURISDICIONALIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL: HISTÓRICO E CONCEITOS	4
1.1. HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA JURISDICIONALIZAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL	4
1.1.1. Controvérsias internacionais: conceitos e debates	4
1.1.2. A construção histórica do princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais e os meios jurídicos.....	8
1.1.3. Processo histórico da jurisdicionalização do direito internacional	14
1.2. JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS, TRIBUNAISINTERNACIONAIS E A JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL: ANÁLISE CONCEITUAL À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	18
1.2.1 Conceito de Tribunais Internacionais	18
1.2.2 Jurisdição Internacional: conceito e principais questões.....	22
1.2.2.1 A questão da “jurisdição” obrigatória.....	26
1.2.2.2 Multiplicação de Jurisdições Internacionais: fragmentação ou pluralismo?.....	30
1.2.3. A jurisprudência internacional e o direito internacional contemporâneo.....	37
1.3. A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS INTERNO E O DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO E OS REFLEXOS DA JURISDICIONALIZAÇÃO.....	40

CAPÍTULO 2

DECISÕES JUDICIAIS INTERNACIONAIS: CONCEITOS, EFEITOS E EXECUÇÃO	44
2.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO GERAL DE DECISÕES JUDICIAIS INTERNACIONAIS.....	44
2.2. DECISÕES JUDICIAIS INTERNACIONAIS.....	46
2.2.1. Sentença internacional.....	46
2.2.1.1. Natureza jurídica.....	47
2.2.1.2. Efeitos.....	49
2.2.2. Medidas cautelares ou provisórias	52
2.2.2.1. Natureza jurídica.....	54
2.2.2.2. Efeitos.....	56
2.2.3. Pareceres e opiniões consultivas	60
2.2.3.1. Natureza jurídica.....	62
2.2.3.2. Efeitos.....	64
2.2.4. Outras decisões.....	69
2.2.4.1. Mandado de Prisão e entrega do Tribunal Penal Internacional e outros Pedidos de Cooperação de Tribunais Penais Internacionais.....	69
2.2.4.2. Pronta Libertação de Embarcações e Tripulações do Tribunal Internacional para o Direito do Mar.....	71
2.3. OBSERVÂNCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS INTERNACIONAIS: <i>RULE OF LAW</i> NA ERA DOS TRIBUNAIS.....	72

CAPÍTULO 3

TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	81
3.1. PODERES JUDICIÁRIOS E O DIREITO INTERNACIONAL.....	81
3.1.1. Poderes Judiciários dos Estados e o Direito Internacional: breves considerações	81
3.1.2. Tribunais Internos e Tribunais Internacionais: entre harmonia e dissonância	84
3.1.2.1. Cortesia judicial	87
3.1.2.2. Subordinação	88
3.1.2.3. Diálogo das cortes.....	89
3.1.2.4. Cooperação Jurídica Internacional Vertical.....	91
3.2. TRIBUNAIS INTERNACIONAIS E O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	94
3.2.1. Ordem Jurídica Brasileira e o Direito Internacional: análise sob a luz da Constituição Federal de 1988.....	94
3.2.1.1. Competências do Poder Judiciário em matéria de Direito Internacional	99

3.2.1.2. Disciplina constitucional da hierarquia das normas de Direito Internacional	102
3.2.1.3. Tensões entre Supremacia da Constituição e Prevalência do Direito Internacional	104
3.2.1.4. Tribunais Internacionais na Constituição Federal de 1988	107
3.2.2. Reflexões sobre a observância e a execução de decisões judiciais internacionais pelo Poder Judiciário Brasileiro: aplicação dos mecanismos de comunicação e sua eficácia	109
3.2.2.1. Considerações preliminares	109
3.2.2.2. Opiniões consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal: Extradução 954 e Recurso Extraordinário 511.961	113
3.2.2.3. Caso dos pneus usados: ADPF 101, Laudo do Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i> do Mercosul e Relatório do Órgão de Apelações do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC ..	114
3.2.2.4. Cooperação com o Tribunal Penal Internacional: Petição 4625/República do Sudão	116
3.2.2.5. Lei de Anistia e Crimes da Ditadura Militar: ADPF 153 e Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”)	118
3.2.2.6. Opiniões Consultivas do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e a Emenda Regimental n° 48, de 3 de abril de 2012, do STF: aproximação institucional como um caminho para o diálogo e a cooperação	121
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	126